



Flávio e Tarcísio levantam imagem de Nossa Senhora Aparecida

Nossa Senhora transforma eleição em guerra santa

Em um ato de campanha nesta segunda-feira (28) pela manhã, o candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, recebeu uma imagem de Nossa Senhora Aparecida feita em crochê. E ergueu a imagem em seus braços como se fosse um troféu. A situação mostra o quanto Flávio acusou o golpe da boataria que desde a semana passada afirma que ele, evangélico, retiraria da santa a definição de Padroeira do Brasil. Para a presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel), Mara Teles, o episódio desviou o campo da disputa religiosa na reta final da campanha. Até então, toda a disputa que envolvia a crença religiosa era muito focada nas posições evangélicas, especialmente dos segmentos neopentecostais. Até porque esses movimentos têm um projeto político declarado, o que não acontece de forma tão clara com católicos nem com evangélicos tradicionais.

Teologia do Domínio ou dos Sete Montes

O projeto político neopentecostal é muito representado pelo que é chamado de Teologia do Domínio ou dos Sete Montes, surgida nos Estados Unidos no final do século passado. Essa ideia parte do princípio de que Jesus Cristo voltará à Terra. E, antes da sua volta, o cristão precisa recuperar o domínio que teria perdido sobre “Sete Montes”: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e política. É em torno dessa ideia que tais igrejas incentivam a eleição de representantes e mesmo a criação de partidos.



Marcha para Jesus: alguns segmentos evangélicos têm projeto

Católicos ainda são maioria

Mara Teles é uma estudiosa desse fenômeno no debate político brasileiro a partir do crescimento evangélico na sociedade. De 2010 para 2022, a população evangélica cresceu de 21,6% para 26,9%. Saltou de 35 milhões para 47 milhões. E a população católica caiu de 65,1% em 2010 para 56,7 milhões. Reduziu-se de 105,4 milhões para 100,2 milhões. Esse crescimento passou a ser decisivo no resultado eleitoral, até diante desse fato de que parte importante desse segmento tem projeto político declarado.

CNBB teve que se posicionar

Ocorre, porém, lembra Mara Teles, que a população católica ainda é a maioria do país. Ainda que tudo tenha se originado de uma informação falsa, desmentida, a história acabou gerando um sentimento de reação de um grupo que se mexeu por se sentir ameaçado. Até porque um erro de Flávio obrigou a um posicionamento institucional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

“Mentira”

Abalado com a boataria, Flávio Bolsonaro acabou acusando a CNBB de espalhar a notícia falsa. O que obrigou a conferência a se posicionar publicamente dizendo que o ataque era “mentira”. Ainda que uma ala mais conservadora da Igreja Católica posicione-se contra a CNBB é ela que responde institucionalmente pelo segmento religioso.

Erros

Para Mara Teles, Flávio, ao erguer agora a imagem de Nossa Senhora, comete erro semelhante ao de Lula no comício do estádio da Vila Euclides, quando levou o pastor Kleber Lucas para cantar com Janja um jingle de campanha que lembrava um hino de louvor evangélico. Ambos, nos gestos, acusaram o golpe que sofriam.

Mulheres

Ao analisar de forma estratificada a pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira, Mara Teles observa movimentos importantes que, neste momento, podem vir a ajudar Lula. O candidato do PT subiu dois pontos entre as mulheres, de 44% para 46%. Mas abriu uma vantagem de nove pontos percentuais entre elas sobre Flávio.

Baixa renda

Na simulação de segundo turno, entre aqueles que ganham até dois salários mínimos, Lula cresceu três pontos, passando de 52% para 55%. Abre uma expressiva vantagem de 26 pontos sobre Flávio no segmento. Dado que é muito próximo sobre beneficiários do Bolsa Família. Lula subiu de 56% para 59%, com 32 pontos de vantagem.

Bondades

Para Mara Teles, há aí reflexo claro do pacote de bondades que Lula lançou nos últimos dias, reajustando os valores do Bolsa Família e proibindo as bets. Ainda que se possa criticar o caráter eleitoreiro das medidas feitas às vésperas do primeiro turno das eleições, os efeitos foram sentidos. Ainda que não sejam capazes de definir a eleição.

Empate

Na rodada anterior, na semana passada, a Quaest dava o mesmo empate entre Lula e Flávio. Mas colocava o candidato do PL um ponto à frente de Lula: 42% a 41%. Agora, eles aparecem rigidamente empatados. Ou seja, dado que a margem de erro da Quaest é de três pontos percentuais, o resultado final da eleição pode ser qualquer coisa.



Dino remete ao plenário a discussão sobre Nossa Senhora

Caso de Nossa Senhora leva STF a discutir limites sobre decisões

Debate discute até onde STF pode rever posições do TSE

Por **Beatriz Matos**

Uma publicação nas redes sociais sobre Nossa Senhora Aparecida levou para a última semana da campanha uma discussão que ultrapassou seu conteúdo original. Depois de decisões divergentes de André Mendonça, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Flávio Dino, no Supremo Tribunal Federal (STF), o caso passou a colocar em debate até onde o Supremo pode interferir em determinações da Justiça Eleitoral.

O episódio ganhou dimensão na sexta-feira (25), quando Mendonça determinou a retirada de uma publicação do humorista Antonio Tabet, um dos fundadores do Porta dos Fundos. O post trazia uma imagem de Nossa Senhora Aparecida acompanhada de uma frase sobre uma “família miliciana”, sem mencionar nominalmente Flávio Bolsonaro (PL) ou integrantes de sua família.

Acionado pela campanha de Flávio, Mendonça considerou, em análise preliminar, que a publicação apresentava como verdadeira uma informação sem comprovação e, por isso, determinou a retirada no ar. Tabet, porém, não apresentou uma nova reclamação ao STF. Ele pediu a

extensão dos efeitos de uma decisão que Dino já havia tomado na Reclamação 95.295.

A ação estava sob relatoria de Dino e havia sido apresentada contra decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná relacionada à divulgação de informações sobre a situação eleitoral de Deltan Dallagnol (Novo). No domingo (27), Dino aceitou o pedido de Tabet, cassou os comandos relacionados à publicação e determinou o restabelecimento dos conteúdos atingidos pelo mesmo fundamento.

CONTROVÉRSIA

Nesta segunda-feira (28), Dino decidiu submeter sua decisão ao plenário presencial do STF. Para Tédney Moreira, professor de Direito Penal do Ibmec Brasília, a colegialidade reduz o problema de uma decisão individual do Supremo afastar outra, também individual, tomada no TSE, mas não encerra a controvérsia.

“A colegialidade confere maior legitimidade institucional à resposta. Mas ela não elimina a questão jurídica central: é preciso definir em que circunstâncias o STF pode, por meio de reclamação constitucional, cassar uma decisão da Justiça Eleitoral”, afirma.